

Revista GeoUECE

Programa de Pós-Graduação
em Geografia - ProPGeo

Universidade Estadual
do Ceará - UECE

Av. Dr. Silas Munguba, 1700 -
Campus do Itaperi, Fortaleza/CE

O projeto de Microbacias II e a inserção dos pequenos cafeicultores de Pardinho e Pratânia na cadeia produtiva do café

Vania Cristina dos Santos Pedro

Citação: PEDRO, V. C. S. O projeto de Microbacias II e a inserção dos pequenos cafeicultores de Pardinho e Pratânia na cadeia produtiva do café. Revista GeoUECE (Online), v. 5, n. 8, p. 110-136, jan./jun. 2016. ISSN 2317-028X.

O PROJETO DE MICROBACIAS II E A INSERÇÃO DOS PEQUENOS CAFEICULTORES DE PARDINHO E PRATÂNIA NA CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ

Vania Cristina dos Santos **PEDRO**¹
vaninha.vcp@gmail.com

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao mercado (PDRS) nos Municípios de Pratânia e Pardinho, localizados no Estado de São Paulo. Os dois municípios compõem o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Botucatu que apresentou expressividade na aprovação dos planos de negócios nas cinco primeiras chamadas públicas do projeto. Tendo em vista que o produto é uma *commoditie* agrícola, procurou-se analisar a cadeia produtiva no contexto da globalização, considerando a atuação e o poder de barganha das grandes *tradings* no mercado. Para alcançar os objetivos pretendidos foram realizadas a revisão da literatura, consultados dados no IBGE e Portal LUPA. Também foram realizadas entrevistas com os presidentes das duas associações com planos de negócios aprovados pelo Microbacias II e com os técnicos executores das respectivas propostas e aplicados formulários a produtores rurais associados que participam das propostas de negócios².

Palavras-chave: Projeto de Microbacias II, Políticas Públicas, Café, Cadeia Produtiva.

RESUME

La recherche vise à analyser la conception du développement rural durable Bassins II – accès au marché (PDRS) aux villes de Pratânia et Pardinho, situé dans l'état de Sao Paulo au Brésil. Les deux villes faire jusqu'à Bureau de Développement Rural (EDR) de Botucatu présenté expressivité sur l'approbation des plans d'affaires dans les cinq premiers appels de projet public. Puisque le produit est une agriculture de café, a cherché à analyser la chaîne de production dans le contexte de la mondialisation, alors que l'intérimaire et le pouvoir de négociation du grand commerce entreprises sur le marché. Pour atteindre le désiré buts ont été effectuées à la revue de la littérature, consulté le portail et les données de IBGE. Aussi été également ont mené des entrevues avec les

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia/ UNESP/Presidente Prudente. Rua Roberto Simonsen, 305 - 19060-900 - Fone/Fax: (18) 3223- 4519.

² O texto foi apresentado no XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) em 2014 e reformulado de acordo com as sugestões do evento e aprimoramento da pesquisa.

présidents des deux associations avec plans d'activités approuvés par le Bassins II et les exécuteurs de leurs propositions techniques et les formes appliquées aux agriculteurs associés à des propositions d'entreprises participantes.

Mots-clés: Projet du Bassins II; Politiques publiques; Café; Filière.

INTRODUÇÃO

Com o reconhecimento de que os agricultores familiares desempenham papel importante na geração de emprego e renda, o governo paulista estabeleceu uma agenda política que objetiva incrementar a sua competitividade e bem estar (SÃO PAULO, 2012).

Assim, foram elaborados e implementados o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (Microbacias I) e o (Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II - Acesso ao Mercado). O primeiro, foi executado entre os anos 2000 e 2008 e teve como objetivo minimizar os danos causados ao meio ambiente em razão do modelo agrícola adotado em décadas anteriores e o segundo, em execução desde 2011, visa aumentar a competitividade dos agricultores familiares integrantes de associações ou cooperativas e vinculados a cadeias produtivas específicas. O período de execução era inicialmente previsto para cinco anos (2011 a 2015), mas, foi prorrogado por mais dois anos - até setembro de 2017 - para dar continuidade às ações propostas e negociadas com o Banco Mundial.

Durante o levantamento bibliográfico e de dados constatamos que o EDR de Botucatu se destacou nas três primeiras chamadas públicas do projeto ao serem aprovados seis planos de negócio em diferentes cadeias produtivas, o que nos motivou a escolher como área de estudo os Municípios de Pratânia e Pardinho, já que as duas associações de produtores rurais a Associação Rural Giocondo Bassetto (ARGB) e a Associação de Produtores Rurais de Pardinho (APRUPAR) que tiveram seus planos de negócio aprovados participam da cadeia produtiva do café, um produto que faz parte do processo histórico de formação da região.

Em termos metodológicos, optamos por um levantamento bibliográfico e documental sobre os seguintes temas: os Programas de Microbacias I e II, cadeias produtivas, circuitos espaciais de produção, como também sobre o processo de formação histórica dos municípios de Pratânia e Pardinho. Foi realizada a coleta de dados junto ao Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuárias do Estado de São Paulo (LUPA) e na publicação Produção Agrícola Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de caracterizar a atividade cafeeira nos municípios de Pratânia e Pardinho. Posteriormente foram realizadas entrevistas com representantes da Coordenadora de Assistência Técnica Integral (CATI), dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), das Associações de Produtores Rurais, técnicos responsáveis pela execução dos dois projetos e realização de formulários a agricultores familiares que participam das propostas de negócio no mês de outubro de 2014.

GÊNESE E ORGANIZAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL MICROBACIAS II - ACESSO AO MERCADO

Tradicionalmente as políticas públicas direcionadas ao espaço rural buscavam atender a objetivos setoriais, "pautando-se em instrumentos de crédito agrícola indiferenciado ou em mecanismos para a manutenção dos preços dos produtos agrícolas e, portanto, do setor agrário brasileiro" (LEITE; DELGADO, 2011, p. 62). No mesmo sentido, o desenvolvimento do meio rural no decorrer das décadas de 1960 e 1970 foi pautado na modernização da grande propriedade, buscando a elevação do volume produzido com a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde. Um marco dessa política segmentada foi a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no ano de 1965.

Somente no final dos anos de 1980 com a redemocratização e descentralização das funções públicas do nível federal para os níveis estadual e municipal, aliado a reorganização e fortalecimento dos movimentos sociais no

campo, ocorreram mudanças significativas na forma de concepção, estruturação e operacionalização das políticas públicas (LEITE; DELGADO, 2011).

Por meio dos novos dispositivos da Constituição de 1988, Estados e Municípios passaram a ter maior autonomia em relação a implementação de políticas públicas. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1996, viabilizou a emergência dos agricultores familiares no cenário político.

Nesse contexto se institui o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), através de um acordo de empréstimo entre o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o governo paulista. Foi idealizado com base em experiências bem sucedidas realizadas nos estados do sul do país, notadamente no Paraná e em Santa Catarina, implementados por meio de acordos de empréstimo com o Banco Mundial.

Em sua primeira edição, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), como já mencionado teve como meta promover o desenvolvimento rural no território paulista, entendendo-se por desenvolvimento rural a melhoria nos níveis de renda, a ampliação da produtividade agrícola e a redução dos custos de produção. Pretendia-se apoiar a implementação de sistemas de produção agropecuários que assegurassem a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, com a participação da sociedade civil organizada e dos próprios beneficiários (SÃO PAULO, 2001).

Neves Neto (2013) salienta que o principal objetivo do PEMH foi aumentar a produção, a produtividade e a geração de renda, sob o princípio da sustentabilidade, concomitante ao aprimoramento da assistência técnica direcionada aos pequenos e médios produtores rurais, fomentando o manejo adequado dos recursos naturais.

De fato, muitas das ações implementadas nesta edição do programa procuraram amenizar ou mitigar os danos causados ao meio ambiente, uma vez que das nove ações propostas, seis eram direcionadas a este tema como demonstra Fontes *et al*, (2001, p. 4):

[...] contribuir para a conscientização da comunidade sobre a necessidade de conservação dos recursos naturais; - eliminar os problemas causados pelas erosões; - viabilizar a recuperação de áreas degradadas; - reduzir o custo de manutenção das estradas rurais; - diminuir os riscos de poluição da água, contaminação de alimentos e intoxicação do homem pelo uso de agrotóxicos; - recompor e manter as matas ciliares; - proteger mananciais e nascentes; - fortalecer a organização dos produtores rurais; - capacitar os agricultores para o gerenciamento eficiente da unidade de produção de forma sustentável; - transformar os agricultores e suas famílias em agentes de desenvolvimento.

O objetivo era atender 90 mil produtores rurais distribuídos em todo o território paulista, em mais de 1500 projetos, numa área de abrangência superior a 4,6 milhões de hectares (SÃO PAULO, 2001). Entretanto, dada às dificuldades no que se refere "ao atraso da operacionalização do programa, a diminuição no valor do Banco Mundial e a dificuldade em alcançar as metas originalmente traçadas, o número de microbacias foi reduzido para 950, num total de 2,85 milhões de hectares" (NEVES NETO, 2013, p. 101).

Em relação às organizações rurais, o Programa de Microbacias apoiou a criação ou fortalecimento de 491 associações de produtores rurais. Num estudo elaborado por Antuniassi (2009) a pedido da CATI, a autora salienta que 60% das associações existentes no território paulista foram instituídas a partir das ações do PEMH. Segundo Neves Neto (2013), nos últimos três anos (2005 a 2008) de execução do PEMH houve aumento no número de associações, no período de 2002 a 2007, por exemplo, houve a criação de 316 novas associações no Estado de São Paulo, das quais 102 foram instituídas em 2005.

Apesar desses números favoráveis, é necessário frisar que a participação em formas de organizações coletivas se constituiu numa das exigências para os agricultores acessarem os recursos do programa, evidenciando que o associativismo não foi algo espontâneo, ou seja, muitas associações foram criadas por indução direta da CATI. Esta indução, aliada ao fato de o produtor rural estar interessado apenas nos benefícios de se associar e não de se organizar para atingir objetivos comuns dificulta o funcionamento das associações, as quais acabam não tendo identidades próprias. Ademais, neste

artigo, defendemos a ideia de que os programas de microbacias I e II no Estado de São Paulo são complementares até certo ponto³. No PEMH as ações foram direcionadas as microbacias e as propriedades rurais, sobretudo na adequação de um modelo produtivo ambientalmente correto, de forma individual e/ou coletiva, uma espécie de preparação para o que veio a ser o Microbacias II, com maior ênfase na inserção ao mercado.

As ações do Programa de Microbacias I foram organizadas a partir de projetos individuais e coletivos. Para acessar esses benefícios individuais os técnicos executores, em conjunto com os agricultores, tiveram que elaborar um Projeto Individual de Propriedade (PIP), com informações referentes à exploração predominante e as condições socioeconômicas dos beneficiários (NEVES NETO, 2013).

Nesse sentido, as práticas individuais consistiram na adubação verde, cercamento de áreas de proteção de mananciais, sistema de divisão de pastagens (kit para cerca e bebedouro), controle de erosão (horas máquinas), aquisição de calcário, fossa séptica biogestora. Dentre as práticas comunitárias, destacaram-se a implantação de abastecedouros, distribuidores de calcário, roçadeiras, semeadoras de plantio direto (tração animal) e roçadeira costal.

Os equipamentos comunitários foram concedidos por intermédio das associações de produtores rurais, no entanto, era preciso que estes formassem grupos de, no mínimo, cinco beneficiários, devidamente inseridos na microbacia beneficiada, para terem acesso aos equipamentos. Para tanto, foram elaborados os Projetos de Empreendimento Comunitário (PECs). Para as práticas comunitárias foram disponibilizados distribuidores de calcário, implantação de abastecedouros, aquisição de escarificador/subsolar, roçadeiras (costal/tratorizada), semeadoras de plantio direto (tração animal) e kit informática.

³ No que concerne às ações direcionadas ao meio ambiente, embora bastante trabalhada na primeira edição como demonstrado no início do texto, na segunda edição se restringe "a algumas medidas pontuais nas propriedades rurais que tiverem o plano de negócio aprovado, ou seja, perdeu-se, no Microbacias II, a recuperação dos recursos naturais de toda uma microbacia" (NEVES NETO, 2013, 287).

De forma diferente, mas, em continuidade ao Programa de Microbacias e objetivando incrementar a competitividade e o bem estar dos agricultores familiares, o governo paulista efetivou o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II - Acesso ao Mercado no ano de 2011 (SÃO PAULO, 2012).

As ações e recursos financeiros do projeto são direcionados aos municípios com maior concentração de agricultores familiares, considerando a alta suscetibilidade a erosão como indicativo de degradação ambiental decorrente do manejo inadequado do solo.

Segundo os manuais do Microbacias II

A maior demanda estimada dos municípios para atuação e por investimentos pelo Projeto foi definida com base em critérios socioeconômicos e ambientais especificados: ocorrência da agricultura familiar nos municípios; participação do município na composição do PIB Estadual; geração de emprego e renda; desempenho no PEMH e organização rural e degradação erosiva dos solos (SÃO PAULO, ANEXO I, 2011, p. 9).

De acordo com Neves Neto (2013) o objetivo principal do PDRS é promover o desenvolvimento rural sustentável por meio da geração de oportunidades de emprego e renda, a inclusão social, a manutenção dos recursos naturais e a satisfação da comunidade. Para atingir esse objetivo o projeto pretende alavancar a competitividade da agricultura familiar frente ao mercado através da sua inserção nas cadeias produtivas.

Assim, o governo paulista firmou um Acordo de Empréstimo (7908-BR) com o Banco Mundial no valor de US\$ 78 milhões a serem investidos na implementação do Projeto de Microbacias II, no prazo estabelecido de cinco anos (2011 a 2015), sendo que o custo total do projeto é de US\$ 130 milhões, com a contrapartida do Estado de São Paulo no valor de US\$ 52 milhões (SÃO PAULO, 2012).

Em termos de operacionalização será coordenado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), por intermédio da CATI, com participação da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN), vinculada a

Secretaria de Meio Ambiente (SMA). De acordo com os manuais do projeto, de forma geral as ações visam:

a) Incrementar a produtividade e melhorar a qualidade dos produtos através de novas técnicas de produção;

b) Proporcionar a agricultura familiar uma participação mais ativa nas cadeias produtivas, por meio das quais podem conseguir vantagem comparativa decorrente do fortalecimento das parcerias no processamento, comercialização e operações de mercado;

c) Fortalecer a capacidade de organização e gerência das associações e cooperativas de produtores rurais, como também incentivar a composição de novas formas de organização coletiva; e

d) Combinar melhores práticas de manejo do solo e da água com sistemas de produção mais competitivos e sustentáveis (SÃO PAULO, 2012).

Com base nessas premissas, verifica-se que o projeto se estrutura de uma forma que possa dar suporte ao produtor rural desde as bases produtivas, por meio de novas técnicas de produção até o momento da comercialização, sem esquecer-se das boas práticas ambientais. Para receber incentivos, a associação ou cooperativa deve apresentar proposta de negócio que compreenda no mínimo quinze produtores rurais dos respectivos grupos, dos quais mais de 50% devem ser agricultores familiares (SÃO PAULO, 2012).

A meta é beneficiar diretamente 22.000 famílias de agricultores familiares integrantes de 300 organizações de produtores rurais, comunidades indígenas e quilombolas. A CATI pretende disseminar os mesmos serviços de extensão rural as associações e/ou cooperativas de produtores rurais contempladas pelo programa, para as demais unidades produtivas no território paulista "promovendo ajustes no atual padrão produtivo e possibilitando mudanças estruturais de acordo com as oportunidades existentes nas comunidades trabalhadas" (SÃO PAULO, 2012, p. 4).

Para atingir esse objetivo, a capacitação do corpo técnico da instituição terá como foco a gestão e a comercialização, para incluir gradativamente essas áreas nas atividades de extensão rural em todo o Estado.

O que nos leva a concluir que o projeto objetiva direcionar recursos a uma categoria de produtores rurais historicamente marginalizados pelo sistema de crédito nacional, vislumbrando torná-los "pequenos empresários" do campo através da inserção nas cadeias produtivas. Esses sujeitos também se caracterizam por enfrentar dificuldades de continuar residindo no campo, enfrentando problemas relacionados à baixa produtividade, baixo rendimento, além de serem explorados pelos intermediários que se apropriam de boa parte da renda gerada.

Nesse contexto, para ser alvo das ações estabelecidas pelo projeto, os produtores rurais foram enquadrados nas seguintes categorias:

- a. Agricultores familiares:** definidos como aqueles que possuem e/ou exploram área agrícola que somam até 4 módulos fiscais do município, obtêm renda familiar proveniente predominantemente da exploração agropecuária e não agropecuária da área explorada, utilizando predominantemente trabalho de suas próprias famílias para a sua produção agrícola e transformação (...)
- b. Médios agricultores:** definidos como aqueles que: (i) possuem e/ou exploram área de 4 até 15 módulos fiscais do município e (ii) obtêm renda familiar proveniente predominantemente da exploração agropecuária e não agropecuária da área explorada; ou que (i) possuam e/ou explorem área total até 4 módulos fiscais e que não atendam os demais quesitos para enquadramento como pequeno agricultor familiar. Não serão beneficiários dos incentivos individuais do Projeto, mas poderão participar dos empreendimentos coletivos.
- c. Grandes agricultores,** que não se enquadram nos critérios citados anteriormente. Não serão beneficiários dos incentivos individuais do Projeto, mas poderão participar dos empreendimentos coletivos (SÃO PAULO, 2012, p. 2).

Não somente os pequenos produtores rurais, mas também os médios e grandes poderão receber benefícios indiretos, desde que estejam organizados em associações ou cooperativas e participem dos empreendimentos comunitários.

De acordo com levantamento feito pela CATI as cadeias produtivas existentes no território paulista com maior potencial para fortalecer os pequenos produtores rurais são: a fruticultura, a pecuária leiteira, a olericultura, a cafeicultura, a heveicultura, além da pecuária de corte e cereais, nas quais os agricultores familiares são pouco competitivos.

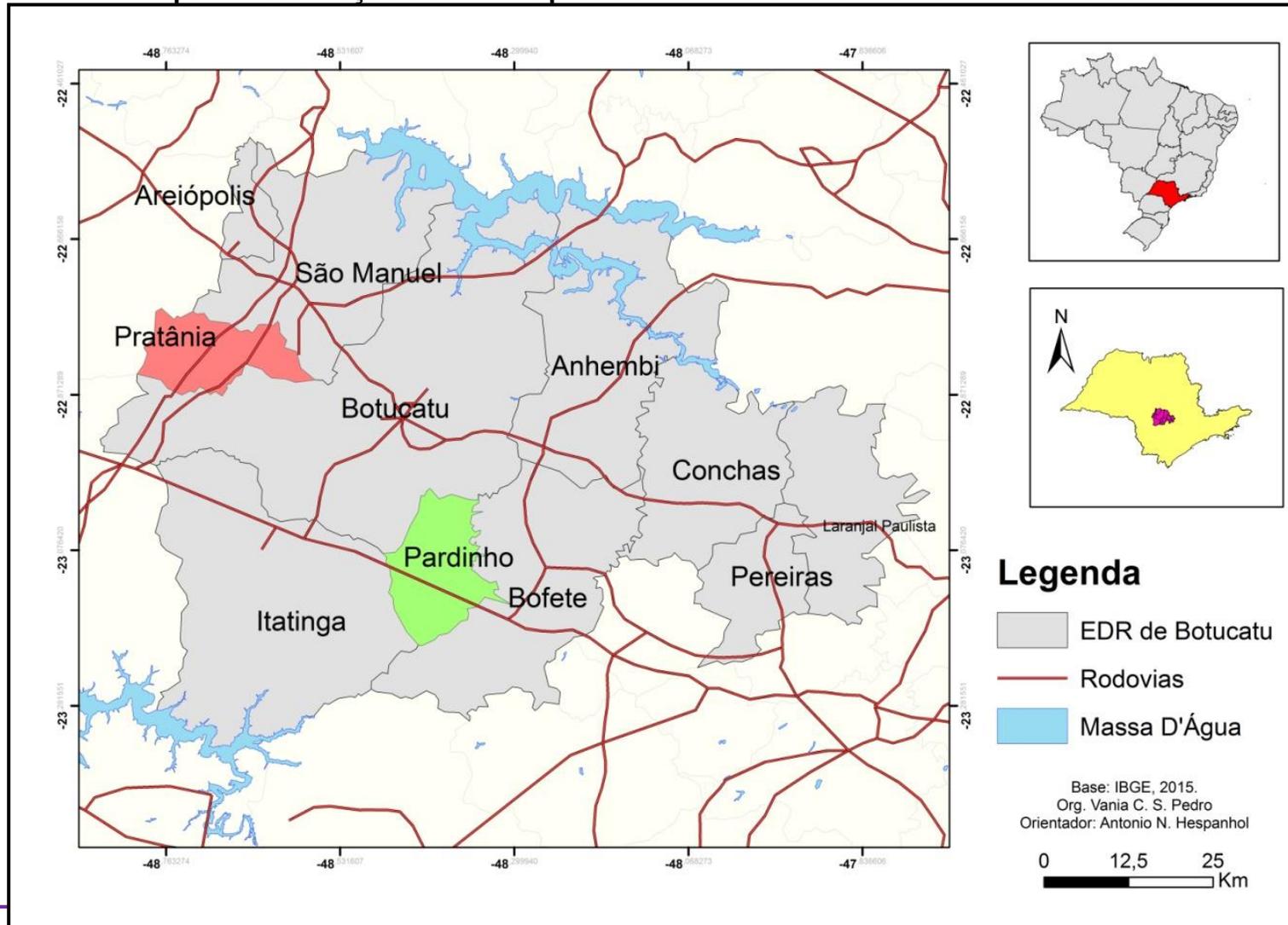
Os municípios de Pardinho e Pratânia participam da cadeia produtiva do café, produto que incentivou os agricultores familiares a enviarem um plano de negócio para o beneficiamento do produto, como pode ser visto no próximo item.

O PROJETO DE MICROBACIAS II NOS MUNICÍPIOS DE PRATÂNIA E PARDINHO

Os dois municípios integram os 11 abrangidos pelo Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Botucatu, conforme se verifica no Mapa 1.

Pardinho e Pratânia apresentam populações majoritariamente urbanas, sendo que no primeiro há 5.582 habitantes no total, dos quais 4.389 residem no meio urbano, e 1.193 moram na zona rural, ao passo que Pratânia possui 4.599 habitantes, sendo que 3.485 residem no meio urbano e 1.114 moram na zona rural (IBGE, 2010).

Mapa 1: Localização dos Municípios de Pratânia e Pardinho no EDR de Botucatu



PEDRO, V. C. S. O projeto de Microbacias II e a inserção dos pequenos cafeicultores de Pardinho e Pratânia na cadeia produtiva do café. Revista GeoUECE (Online), v. 5, n. 8, p. 110-136, jan./jun. 2016. ISSN 2317-028X.

Já no ano de 2013 verificou-se uma mudança, uma vez que os dados do disponibilizados pelo Sistema de Levantamento de Microbacias⁴ revelam que houve a expansão do número de unidades produtivas no meio rural, cujo total é de 324 UPAS⁵, das quais 243 (75%) se configuram em pequenas propriedades rurais, na faixa de 0 a 50 ha, ocupando uma área de 4445,1 ha. É importante frisar que 29,94% (97) unidades produtivas se encontram na faixa de 20 a 50 ha. As 81 (24,99%) unidades produtivas restantes estão na faixa de 50 a 5.000 ha, cuja área é de 16.738,3 ha, ocorrendo assim como em outras localidades do Estado a concentração da propriedade da terra.

Em termos de exploração vegetal, há o predomínio da braquiária presente em 289 UPAs, ocupando uma área de 12.138,5 hectares, seguida do milho que é cultivado em 57 unidades produtivas cuja área é de 1.174,0 ha, e da laranja que é desenvolvida em apenas 3 unidades produtivas ocupando uma área de 1.122,1 ha.

O Município de Pratânia, por sua vez, apesar de se localizar no mesmo EDR de Pardinho apresenta algumas diferenças em relação a agricultura familiar. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 o município possui 122 unidades produtivas, das quais apenas 48 (39,3%) são classificadas como familiar.

Conforme os dados preliminares do Sistema de Levantamento de Microbacias, referentes ao ano de 2013, o município possui no total 252 unidades produtivas, das quais 176 (69,85%) são pequenas propriedades rurais na faixa entre 0 a 50 ha ocupando uma área de 3.299,9 hectares. Com relação as UPAs no estrato de área de 51 a 5.000 hectares apesar de representar 76 (30,15%) do total ocupam uma área de 19.141,5 hectares, o que representa 85,29% da área total, indicando uma forte concentração da propriedade da terra.

Diferentemente de Pardinho, no que se refere a exploração vegetal, em Pratânia destacam-se as lavouras de cana-de-açúcar, atividade desenvolvida em 111 unidades produtivas, cuja área de produção é de 11.051,4 ha, seguida da

⁴ Disponível em: < http://201.55.38.3:7000/sistema/LupaMBH/rel_upa_municipio_filtro.jsp>. Acesso em: 19 Set 2013.

⁵ Dispondo de outra fonte de dados utilizamos o Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (PROJETO LUPA).

braquiária que ocupa uma área de 5.807,1 ha, cultivada em 163 unidades produtivas. Outra cultura de destaque no município é o eucalipto, cultivado em 65 unidades produtivas, cuja área é de 2.304,3 ha.

Cabe ressaltar que a atividade canavieira é responsável por um grande êxodo rural na região, visto que as usinas arrendam as propriedades e incentivam os proprietários a derrubarem a infraestrutura existente, pois precisam da terra limpa para o plantio da cana-de-açúcar⁶.

No que se refere a exploração animal há também o predomínio da avicultura de corte com 9.140.000 cabeças/ano, atividade que é desenvolvida em nove propriedades rurais, já a avicultura de postura possui 407.000 cabeças e é desenvolvida somente em duas unidades produtivas. Em terceiro desponta a piscicultura com 50.030.0 m² tanques em duas propriedades. Com relação à bovinocultura mista há no município 9.325 cabeças distribuídas em 97 unidades produtivas.

A atividade cafeeira está assentada na mão de obra familiar, sendo desenvolvida em 60 unidades produtivas, ocupando uma área de 440,0 hectares e se configura numa das principais cadeias produtivas do município, a assistência a essa atividade é prestada pela Casa da Agricultura, Prefeitura Municipal e Cafeeira Bariri; a comercialização é feita com a própria Cafeeira Bariri e a Cooperativa Coopercitrus.

Os dados referentes ao volume de produção do café (em Pardinho e Pratânia) entre os anos de 1990 e 2012 apresentaram grandes oscilações ao longo do tempo, conforme se verifica na Tabela 1. A produção cafeeira no município de Pardinho apresentou um significativo incremento entre os anos de 1990 e 1991 passando de 287 toneladas para 1.059. No entanto, houve significativa queda na produção cafeeira nos anos de 1994, 1995, 2001, 2003, com 468, 496, 513, 420 toneladas, respectivamente. Após o ano de 1993 a produção no município se manteve abaixo

⁶ Informações obtidas por meio do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do município de Pratânia elaborado em parceria com Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Rio Claro, e lideranças dos produtores dos bairros rurais do município que se distribuem nos seguintes bairros: Dois Córregos, Floresta, Santana, Boa Vista do Rio Claro, Guarantã, Falcão e Barro Branco, com vigência de 2010 a 2013.

das 1.000 toneladas, com exceção apenas dos anos de 1998 e 2000, cuja produção foi de 1.400 e 1.026 toneladas, respectivamente, mantendo-se estagnada a partir do ano de 2010 com a produção em torno de 950 toneladas.

No caso de Pratânia, tendo em vista que o município tem sua data de criação recente - em 30 de novembro de 1996 - os dados sobre a produção agrícola só estão disponíveis após o ano de 1996. Verifica-se na respectiva tabela que Pratânia sempre apresentou uma produção menor quando comparada a de Pardinho, combinando períodos de crescimento e queda ao longo dos anos. Sendo assim, 1998 foi o ano mais expressivo para a produção de café atingindo 1.200 toneladas, em contrapartida no ano de 2003 passou por um período de queda quando a produção atingiu somente 162 toneladas.

Após o período de crescimento em 2010 e 2011 (810 toneladas) 2012 apresentou acentuada diminuição visto que o volume produzido alcançou somente 270 toneladas.

Tabela 1: Quantidade produzida de café nos municípios de Pardinho e Pratânia

ANO	PARDINHO	PRATÂNIA
	Quantidade (tonelada)	
1990	287	-
1991	1.059	-
1992	1.014	-
1993	975	-
1994	468	-
1995	496	-
1996	720	-
1997	729	600
1998	1.400	1.200
1999	710	610
2000	1.026	720
2001	513	324
2002	716	300
2003	420	162
2004	504	270
2005	630	302
2006	630	302
2007	710	608
2008	706	543
2009	706	205
2010	948	810

2011	948	810
2012	948	270

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990 a 2012. Org: Vania Cristina dos Santos Pedro.

Em Pardinho, por meio da associação, os agricultores familiares elaboraram uma proposta de negócio na *primeira chamada pública* (realizada em agosto de 2011) para a aquisição de uma unidade de beneficiamento móvel de café, que beneficiará 20 associados⁷. Esse grupo é composto basicamente por agricultores familiares e produz o tradicional "Café de Pardinho", conhecido por sua qualidade em decorrência do clima e da altitude da região, elementos propícios para a cultura (SÃO PAULO, 2013).

Os investimentos foram utilizados também para a aquisição de um painel de controle que possibilita a ativação elétrica da beneficiadora, compra de um secador de café para um grupo de três produtores rurais que elaboraram um Projeto de Empreendimento Comunitário (PEC), além das ações de *marketing* e incentivos individuais no total de R\$ 101.812,04, a contrapartida foi no valor de R\$ 71.268,43 (SÃO PAULO, 2013).

Na *terceira chamada pública* (realizada em maio de 2013) do Microbacias II, com objetivo de mecanizar a colheita do café, os cafeicultores adquiriram uma colhedora de café e um trator. O custo total deste novo projeto foi de R\$ 184.300,00, com apoio de R\$129.010,00 pelo Microbacias II. Como pode ser visto nas Figuras 1 e 2 o modelo de colhedora escolhida pelos produtores levou em consideração a capacidade de pagamento da contrapartida e as condições de relevo da região. Este modelo derriça e recolhe o café em sacas evitando o contato do produto com o chão.

Os serviços da colhedora estarão disponíveis a todos os participantes do plano de negócio com uma taxa de uso no valor de R\$ 40,00 por hora, estando incluso neste valor, todos os custos referentes ao uso do equipamento, conforme descrito no projeto da associação. O valor cobrado dos associados pelo uso do

⁷ Casa da Agricultura - Projeto Microbacias II - Acesso ao Mercado II. **Revista da Casa da Agricultura**. Ano 16 - n° 2, edição - Abr/Mai/Jun, 2013.

trator será de R\$ 60,00 a hora, estando incluso os custos referentes a depreciação do equipamento, bem como o combustível.

Para associados que não participaram deste plano de negócio e não sócios, o uso da máquina e do trator estará condicionado à disponibilidade, sendo sempre dada prioridade de uso aos sócios.

Figuras 1 e 2: Colhedora de café e trator adaptado para diversos fins, no município de Pardinho.



Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2014). Org: Vania Cristina dos Santos Pedro

A taxa de serviço neste caso terá o valor igual ao cobrado no mercado regional, isto é, R\$ 60,00 a hora para a máquina e R\$ 80,00 a hora do trator. Estes serviços deverão ser agendados com o presidente da associação e o pagamento deverá ser realizado após o serviço.

Já na *quinta chamada pública* (realizada em abril de 2014) os cafeicultores foram contemplados com implementos agrícolas (recolhedora e abanadora de café, um subsolador, um triturador rotativo e uma carreta cafeeira com volume de carga de 5m³ e rodado duplo). O total do investimento é de cerca de R\$ 118.000,00, sendo R\$ 83.000,00 financiados pelo Projeto e contrapartida da associação no valor de R\$ 36.000,00.

Os implementos foram entregues na abertura da Feira da Agricultura Familiar (AGRIFAM) em Lençóis Paulista (entre os dias 31 de julho a 2 de agosto de 2015).

Segundo o técnico responsável pelo Projeto, o município de Pardinho recebeu o valor de R\$ 350.000,00 do Microbaicas II para a adequação e manutenção de estradas rurais.

A proposta de negócio de Pratânia teve como finalidade a compra de uma colhedora de café (figuras 3 e 4) e de máquinas e equipamentos para a instalação de uma sala de provas (figuras 5 e 6) na sede da associação. O custo total do projeto foi de R\$ 531.000,00, dos quais a associação já recebeu o reembolso de R\$ 371.000,00 referente a 70% de subsídio (conforme as normas do projeto), os 30% restantes foram pagos com recursos obtidos por meio de prêmio de certificação *Fair Trade*, que a associação conquistou.

Figuras 3 e 4: Colhedora de café no município de Pratânia



Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2014). Org: Vania C S Pedro

Figuras 5 e 6: Equipamentos para instalação da sala de provas no município de Pratânia



Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2014). Org: Vania Cristina dos Santos Pedro

Além da proposta de negócio coletiva, os cafeicultores foram contemplados com três equipamentos individuais, dois secadores de café nos valores de R\$ 14.000,00 e R\$ 25.000,00 e de uma fornalha para o secador de café, cujo valor foi de R\$ 7.000,00. Estes projetos obtiveram reembolso de 70%.

Essas ações proporcionaram melhorias significativas para o grupo de produtores beneficiados pelo Microbacias II, sobretudo a máquina de beneficiamento e a colhedora de café que possibilitaram a diminuição dos custos na colheita e beneficiamento de café, agregando maior valor ao produto que antes era comercializado em coco. Apesar das melhorias, as duas associações não conseguiram evoluir para a comercialização conjunta, pois, permanecem vendendo o café para os corretores da região.

Com a intenção de não circunscrevê-los a escala local há a necessidade de se considerar todo o circuito espacial produtivo, a competição do mercado externo em termos de produtividade, qualidade do café, como também a atuação das grandes *tradings* que após a abertura do mercado na década de 1990 passa a ditar as regras no mercado internacional. Deste modo consideramos pertinente, ainda

que de forma breve impetrar uma pequena discussão acerca da cadeia produtiva do café considerando a atuação das *tradings*.

A VULNERABILIDADE DOS PEQUENOS CAFEICULTORES NO MERCADO DE CAFÉ

O simples ato de beber uma xícara de café nos conecta a um circuito espacial produtivo que perpassa as fronteiras nacionais envolvendo uma série de agentes de diferentes escalas: produtores, corretores, associações, cooperativas, *tradings*, especuladores, bolsas de valores, empresas torrefadoras e varejistas Frederico (2014). Isto porque o café se constitui numa *commodity* agrícola, cujo preço é definido nas bolsas de valores, sendo cultivado tanto no Brasil como na Colômbia, Vietnã, Indonésia e em outros países.

Em termos de rendimento físico e produção de cafés de alta qualidade tomam a frente do produto brasileiro no comércio exterior, inicialmente a Colômbia nos anos 1970, e depois o Vietnã e a Indonésia, a partir da década de 1980.

Todavia, o Brasil apresenta vantagens comparativas quando comparado a estes países. Os cafés de qualidade superior (como é o caso de Pardinho-SP) são produzidos em áreas dotadas de condições climáticas favoráveis. Nas regiões em que as condições são desfavoráveis, os produtores dispõem de tecnologia de produção e técnicas de beneficiamento pós-colheita, que, além de otimizar o tempo da colheita, garantem a preservação da qualidade do produto.

Em virtude do cultivo ser realizado em regiões com diferentes condições naturais, o Brasil é o único país com aptidão para produzir qualquer tipo de café, podendo atender a diversidade da demanda. Essa particularidade atribui ao Brasil uma posição privilegiada, pois produz cafés dos tipos *robusta* e *arábica* (tipo cultivado em Pratânia e Pardinho), através dos sistemas natural, cereja, descascado e despulpado, com capacidade de produzir bebidas com corpo, aroma e acidez na proporção desejada pelo consumidor (BRANDO, 1996 apud HEMERLY, 2000).

Apesar das vantagens do país para a produção de café, é necessário considerar o atual estágio da globalização e seus efeitos sobre a ampliação dos

fluxos internacionais, o que, influi no funcionamento das diferentes cadeias produtivas (FREDERICO, 2014).

Somado a isso, destaca-se a regulação corporativa a partir do final da década de 1980, a qual modificou as relações de poder entre os agentes que participam de todo o seu circuito espacial produtivo. Nesse sentido, entram em cena as grandes empresas torrefadoras e *tradings*, as quais, muitas vezes, subsumem a participação do próprio Estado, dos produtores rurais, em especial dos pequenos, o que justifica a análise do local sem perder de vista sua conexão com outras escalas para compreender este fenômeno em sua totalidade.

No âmbito da cadeia produtiva, o conceito de *governança* se refere ao fato de que um dos estamentos de gestão define a qualidade do produto, o mercado, o local de produção, os fornecedores e, até mesmo, a distribuição (PEGLER, 2009). Deste modo, considerando que a atuação dos diversos agentes no circuito espacial produtivo é desigual, atualmente são as grandes *tradings* que, geralmente, exercem esse papel de governança com supremacia, delimitando, por exemplo, as características, a quantidade do produto ofertado, com o objetivo de obter o maior lucro possível, e, para isto, precisam atender a demanda e as exigências dos consumidores.

Incluímos nesta análise o fato de uma empresa como a Starbucks aumentar a aquisição de café orgânico em sua rede de cafés, provocando uma reação em cadeia em todo o circuito produtivo que afetou desde os principais países consumidores, como os EUA, até as regiões produtoras em todo o mundo (FREDERICO, 2014).

De acordo com Pegler (2009), a inserção dos países em desenvolvimento nas cadeias produtivas globais se dá por um modelo hierárquico, sendo que as empresas locais dispõem de menos oportunidades.

No caso das associações APRUPAR e ARGB, a produção é realizada na escala local, desenvolvida por pequenos produtores rurais. No entanto, eles estabelecem conexões com agentes de diversas escalas, desde corretores, técnicos da CATI, especuladores, bolsa de valores, empresas torrefadoras etc. Quanto menor a escala geográfica de ação dos produtores rurais, maior será o número de

atravessadores e, conseqüentemente, à distância até o consumidor final (FREDERICO, 2014).

Os corretores e cooperativas normalmente atuam apenas local ou regionalmente, sendo poucos os que atuam nas escalas nacional e internacional. Dessa forma, ao comercializar o café com os corretores locais, "os cafeicultores limitam sua escala de ação dentro do circuito espacial produtivo, ao aumentar o número de intermediários entre eles e o consumidor final, auferindo conseqüentemente menores preços" (FREDERICO, 2014, p. 43).

Nesse aspecto, a participação em associações ou cooperativas viabiliza a compra e a venda coletivas possibilitando o reconhecimento da qualidade do produto ofertado e a comercialização a preços mais elevados. Como alternativa a centralização de capital que vem ocorrendo na cadeia produtiva do café, diversos produtores estão se organizando para a produção de café com qualidade superior, orgânico e com certificação *fair trade* como é o caso da ARGB.

A abertura do mercado interno a grandes empresas transnacionais na década de 1990 significou um retrocesso à cadeia produtiva do café. Foram inúmeras as aquisições de empresas nacionais por essas corporações, sem a melhoria na qualidade do produto, inclusive das marcas mais famosas comercializadas em escala nacional.

A empresa americana Sara Lee, por exemplo, adquiriu diversas empresas líderes no setor - Café do Ponto, Caboclo, Pilão, União, Seletto, Moka -, a partir de 1998, passando a concentrar em torno de 20% da produção de café torrado e moído no país, conforme ressalta Frederico (2014). Segundo o mesmo autor, as dez principais empresas respondiam por 75% do total produzido no ano de 2010, ao passo que em 2003 o índice era de 40%.

Conforme os dados da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), em 2013, dentre as cinco maiores indústrias torrefadoras, a primeira era uma *joint-venture* formada pela empresa brasileira Três Corações e a israelense Strauss-Elite, na segunda posição encontrava-se a D. E. Cafés do Brasil Ltda, na terceira posição a Indústria de Alimentos Marata Ltda e na quarta posição encontrava-se a Mellita que é uma empresa alemã.

As grandes *tradings* ditam as regras do comércio mundial, principalmente com a "desregulamentação" do mercado depois de findo os Acordos Internacionais do Café (AIC), no ano de 1989, e das instituições estatais responsáveis pela implementação de políticas cafeeiras.

Os estoques até então em posse dos países produtores foram vendidos para as *tradings* que passaram a mantê-los nos países consumidores, diminuindo o poder de barganha e de controle das oscilações de preço, antes em poder dos países produtores (FREDERICO, 2014).

Com a crescente demanda mundial por café e as possibilidades políticas oferecidas pela abertura dos mercados, as *tradings* passaram a atuar também nos países produtores através da compra direta, da exportação de café verde e da compra de empresas exportadoras locais e até no mercado financeiro (FREDERICO, 2014).

Isto significou o domínio dessas empresas sobre o circuito espacial produtivo do café. O resultado desse processo ficou conhecido como "paradoxo do café", uma vez que, ocorreu aumento significativo do produto comercializado mundialmente e do valor auferido pelas etapas finais do circuito, ao passo que os produtores passaram a receber menores preços por sua produção, tornando-se mais vulneráveis (FREDERICO, 2014).

Nas décadas de 1970 e 1980, a repartição da renda propiciada pelo circuito espacial produtivo do café entre os países importadores e produtores era relativamente igualitária, com os primeiros se apropriando em média de 50% do valor final. Com a prática das políticas neoliberais e o consequente fim dos Acordos Internacionais do Café, o percentual do valor final apropriado pelos países importadores aumentou para 75%, enquanto a média apropriada pelos cafeicultores diminuiu de cerca de 20% para taxas inferiores a 10% (TALBOT 2004 apud FREDERICO, 2014, p. 47).

Em decorrência da posição oligopólica das empresas torrefadoras e *tradings*, tornam-se recorrentes as oscilações no preço do café, com ciclos longos de preços baixos, alterados por altas esporádicas, motivadas por fatores climáticos (como as geadas no Brasil em 1994) (FREDERICO, 2014).

Em síntese, este é o panorama e elemento chave da cadeia produtiva do café: o domínio que as grandes *tradings* exercem no mercado internacional, a que os pequenos produtores rurais estão sujeitos. Cabe ressaltar que o mercado de *commodities* é extremamente competitivo e também instável devido as oscilações de preço, de maneira que a produção em larga escala acaba se sobressaindo no âmbito da cadeia produtiva quando comparada a pequena propriedade.

Certamente a baixa competitividade da agricultura familiar no mercado representa um gargalo para o seu desenvolvimento, mas até que ponto é válida essa inserção defendida pelo Microbacias II? Uma vez que estes têm sua escala de ação limitada diante das grandes empresas torrefadoras.

Portanto, mesmo diante das mudanças nos últimos anos no que tange a concepção, implementação e operacionalização das políticas públicas, a exemplo do PDRS - Microbacias II, fica evidente que estas não rompem com a lógica do mercado. Para Bresser Pereira (2005), o mercado é cego e injusto como instrumento de distribuição de renda.

Nesse sentido, o Projeto de Microbacias II enquanto política pública direcionada a agricultura, reforça a visão produtivista ao ter o seu foco na competitividade para ampliar o nível de inserção dos agricultores familiares ao mercado. Para Leite e Delgado (2011), políticas públicas com este escopo têm estimulado o desenvolvimento de uma agricultura empresarial, que tende a reproduzir um modelo de desenvolvimento cujas raízes retomam o padrão agroexportador que nos acomete desde o período colonial.

Nota-se, portanto, que algumas políticas públicas implementadas nas últimas décadas foram insuficientes e não estão efetivamente comprometidas com o objetivo de protagonizar melhorias substanciais na qualidade de vida e ampliar as oportunidades para as populações rurais mais pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No artigo pautamos nossa reflexão teórica acerca dos temas atinentes ao Projeto de Microbacias II, ao conceito de cadeia produtiva, apresentamos também

um breve histórico da atividade cafeeira nos municípios pesquisados, considerando suas articulações com as escalas nacional e internacional no período mais recente.

Com base na bibliografia consultada verificamos que as políticas públicas até a década de 1980 eram direcionadas aos setores considerados dinâmicos para o crescimento do país e, no âmbito do espaço rural privilegiaram a manutenção e modernização do latifúndio via implementação do pacote tecnológico da Revolução Verde, com financiamento do Estado.

Somente com a redemocratização na década de 1980 e o repasse de funções públicas para instâncias subnacionais, num contexto de emergência dos movimentos sociais no campo, foram feitas reformas na organização e implementação de políticas públicas direcionadas ao meio rural.

Com o reconhecimento de que a agricultura familiar é importante para o país na produção de alimentos, geração de receitas e emprego no campo, o governo paulista estabeleceu uma agenda política em parceria com o Banco Mundial que objetiva melhorar a qualidade de vida e promover o manejo adequado dos recursos naturais, por meio do Programa de Microbacias Hidrográficas entre os anos de 2000 a 2008.

Em continuidade ao PEMH começou a ser implementado no ano de 2011 o Projeto de Microbacias II, o qual também conta com financiamento parcial do Banco Mundial. A meta é inserir o produtor familiar no mercado e alavancar o comércio local e regional por meio de sua integração em cadeias produtivas, privilegiando áreas com maior incidência de agricultores familiares.

No que se refere aos municípios de Pratânia e Pardinho, a partir da análise dos respectivos Planos de desenvolvimento rural verificamos que a cadeia produtiva do café possui expressividade, mas enfrenta dificuldades estruturais, as quais podem ser sanadas ou amenizadas com as ações do Microbacias II, como já vem ocorrendo a partir da mecanização e beneficiando da colheita, permitindo que os pequenos cafeicultores adquiram maior rendimento na produção.

Esta atividade agrícola durante muito tempo foi a âncora da economia nacional, cujos rendimentos eram realocados para um projeto macroeconômico de industrialização do país. Atualmente representa apenas uma pequena fatia das

exportações brasileiras em decorrência da ausência de recursos para investir em novas tecnologias que possibilitem ampliar os índices de produtividade. Nesse contexto, os principais países concorrentes (Colômbia, Vietnã e Indonésia) expandiram sua participação no mercado internacional com a produção de cafés de qualidade superior.

A partir dos anos 1990 com a instituição da ABIC e o conseqüente aumento do consumo interno do produto (decorrente da diversificação de cafés, investimento em novas formas de produção, aliado a campanha publicitária), a cadeia produtiva do café vem ganhando credibilidade. Igualmente na escala internacional com o processo de globalização aliado as políticas neoliberais, esta cadeia passa por uma regulação corporativa, com forte atuação das grandes empresas torrefadoras e *tradings* que passam a ditar as regras do mercado.

Em virtude das assimetrias e estruturas atuais do capitalismo, as cadeias produtivas, portanto, não estão imunes as desproporcionalidades, de modo que os pequenos produtores rurais se tornam cada vez mais vulneráveis diante da crescente oscilação de preços nos mercados internacionais.

Nesse sentido, é preciso questionar os propósitos das políticas públicas com viés produtivista como é o caso do Microbacias II. Na sua elaboração não foram levadas em conta as lógicas "superiores", sendo desconsideradas as dificuldades para os pequenos produtores rurais se manterem no mercado concorrencial e permanecerem na atividade diante da atuação das grandes *tradings*.

Daí a premência de políticas estatais para além dessa prerrogativa, ou seja, que busquem outros mercados (circuitos curtos, de economia solidária, por exemplo) e que de fato promovam a inclusão dos agricultores familiares menos capitalizados, amenizando assim as desigualdades sociais no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNIASSE, Maria Helena Rocha. **Evolução do Processo de Formação, Organização e Atuação das Associações de Pequenos Produtores Rurais** – Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Campinas, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, 2009.

PEDRO, V. C. S. O projeto de Microbacias II e a inserção dos pequenos cafeicultores de Pardinho e Pratânia na cadeia produtiva do café. Revista GeoUECE (Online), v. 5, n. 8, p. 110-136, jan./jun. 2016. ISSN 2317-028X.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. O sistema Econômico Brasileiro. **Conjuntura Econômica**, 59, abril 2005.

FIBGE. **Censo Agropecuário** (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996 e 2006).

Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br> > . Acesso em 11 de Abril de 2013.

_____. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 4 set. 2013.

FONTES, José Luiz. Programa de Microbacias Hidrográficas: justificativa, histórico, estratégias e resultados. In: Rodrigues, Valdemir Antonio; BUCCI, Luis Alberto (ORG.). **Manejo de microbacias hidrográficas: experiências nacionais e internacionais**. Botucatu, FEPAF, 2006, p. 200-215

FREDERICO. S. Circuito espacial produtivo do café e o jogo das escalas. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 37-48, jan./ abr. 2014.

HEMERLY. F. X. **Cadeia produtiva do café no Estado de São Paulo:**

possibilidades de melhoria de sua competitividade no segmento agrícola. 2000. 239 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas.

LEITE, Sergio; DELGADO, Nelson. Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil in: **Instituto Interamericano de cooperação para a agricultura (IICA)**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. v.14. Brasília, agosto 2011.

LUPA - **LEVANTAMENTO CENSITÁRIO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA** por Escritório de Desenvolvimento Rural, 1995/1996 e 2007/2008.

MUNICÍPIO. Prefeitura Municipal de Pardinho. **Plano Municipal de**

Desenvolvimento Rural Sustentável. Período de vigência: 2010 a 2013. Disponível em: <

http://www.cati.sp.gov.br/conselhos/arquivos_mun/401_04_11_2010_PMDRS%20Pardinho%20-%20EDR%20Botucatu.pdf> Acesso em 9 jan. 2014.

MUNICÍPIO, Prefeitura Municipal de Pratânia. **Plano Municipal de**

Desenvolvimento Rural Sustentável. Período de vigência: 2010 a 2013. Disponível em <

http://www.cati.sp.gov.br/conselhos/arquivos_mun/455_04_11_2010_pmdrs%20pratania%20edr%20botucatu.pdf>. Acesso em 10 jan. 2014.

NEVES NETO, C. C. **Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural: O Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo**. 2013. 312f. Tese (Doutorado em

PEDRO, V. C. S. **O projeto de Microbacias II e a inserção dos pequenos cafeicultores de Pardinho e Pratânia na cadeia produtiva do café**. *Revista GeoUECE (Online)*, v. 5, n. 8, p. 110-136, jan./jun. 2016. ISSN 2317-028X.

Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PEGLER, Lee. **Cadeias produtivas** in: Dicionário Internacional da Outra Economia. Edições Almedina, SA. Janeiro, 2009, p. 46-48.

SÃO PAULO. **Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas**. Anexos CATI: São Paulo, 2001.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - MICROBACIAS II - Acesso ao Mercado**, Anexo 1: Informações gerais da agropecuária do Estado de São Paulo 2011.

SÃO PAULO (Estado). **Mapa de Ocorrência de propriedades familiares nos municípios**. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/acoesGov.php>>. Acesso em: 27 set. 2011.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - MICROBACIAS II - Acesso ao Mercado**. Manual Operacional. 2012.

SÃO PAULO (Estado). **Sistema de Levantamento de Microbacias**. Disponível em: <http://201.55.38.3:7000/sistema/LupaMBH/rel_upa_municipio_filtro.jsp>. Acesso em 26 set. 2013.

SÃO PAULO (Estado). Produtores rurais de Pratânia compram colhedora de café com recursos do Microbacias II. São Paulo: **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**. Apresenta informações do município de Pratânia e o Programa Microbacias II. Disponível em: <<http://www.agricultura.sp.gov.br/noticias/2876-produtores-rurais-de-pratania-compram-colhedora-de-cafe-com-recursos-do-microbacias-ii>>. Acesso em 27 set. 2013.

SÃO PAULO (Estado). Projeto Microbacias II - Acesso ao Mercado II. **Revista da Casa da Agricultura**. Ano 16 - nº 2, edição - Abr/Mai/Jun, 2013.

PEDRO, V. C. S. O projeto de Microbacias II e a inserção dos pequenos cafeicultores de Pardinho e Pratânia na cadeia produtiva do café. *Revista GeoUECE (Online)*, v. 5, n. 8, p. 110-136, jan./jun. 2016. ISSN 2317-028X.